

A universidade e o compromisso social - A contribuição da extensão

Prof. Dr. Luiz Síveres¹

O termo “compromisso social” é mais adequado para o perfil de uma IES, porque engloba uma dinâmica de proximidade, baseia-se num esforço de compreensão e se manifesta por meio de um comprometimento coletivo. A partir dessa proposta, o autor apresenta uma reflexão sobre o aspecto institucional, o estatuto comunitário e a contribuição da extensão.

Introdução

A discussão sobre o tema “*A universidade e o compromisso social – a contribuição da extensão*” precisa ser pautada, inicialmente, na distinção entre a terminologia responsabilidade e compromisso social, para então definir alguns aspectos que compõem a proposta desta mesa de debates.

O termo “responsabilidade social” entrou na agenda dos organismos internacionais e das instâncias governamentais; no entanto, foi acolhido com mais entusiasmo pelos segmentos empresariais. Para o conjunto desse sistema, segundo Santos, “a autêntica responsabilidade social vem de dentro. Parte de um desejo de compartilhar a sorte, fazendo com que os outros tenham melhores e mais ricas oportunidades” (2004, p. 12). Essa proposição revela, por um lado, certo grau de dependência das benesses institucionais e, por outro, a sensibilidade de algumas organizações com o objetivo de diminuir o hiato que existe entre aqueles que acumularam riquezas e os que sobrevivem na pobreza.

Na tentativa de ampliar esse procedimento, um projeto de responsabilidade social deve estar direcionado, conforme Kisil², para uma integração entre três vetores da responsabilidade, identificados pela equidade social, sustentabilidade ecológica e viabilidade econômica. Esses são, portanto, alguns dos atributos que formam o arcabouço de uma empresa socialmente responsável.

Mas, pelo fato dessas declarações e opções denotarem, ainda, um certo grau de assistencialismo e dirigismo, optamos pela terminologia do “compromisso social”, concepção considerada mais adequada para o perfil de uma Instituição de Educação Superior - IES, porque engloba uma dinâmica de proximidade, baseia-se num esforço de compreensão e se manifesta por meio de um comprometimento coletivo. Tomando-se por base essa proposta, pretende-se apresentar uma reflexão que contempla três níveis: o aspecto institucional, o estatuto comunitário e a contribuição da extensão.

A instituição de educação superior

Dentre as diversas possibilidades que a Instituição de Educação Superior tem para revelar o seu compromisso social, gostaria de apontar duas características que constituem manifestações específicas da própria missão da universidade: a formação pessoal e a transformação social.

¹ Professor da Universidade Católica de Brasília, Diretor de Programas de Extensão, e Presidente do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e IES Comunitárias.

² Marcos Kisil é presidente do Instituto de Desenvolvimento de Investimento Social. Proferiu palestra sobre a Responsabilidade Social, no dia 12 de agosto de 2004, na Federação das Indústrias do Distrito Federal - DF

A função essencial da universidade se efetiva, assim, por um processo de aprendizagem que se faz por meio do encaminhamento das finalidades do ato educativo que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, configura-se pelo desenvolvimento pleno do educando, pela capacitação para o trabalho e pelo exercício da cidadania. Mas, realiza-se também pela inserção na realidade social, pelo envolvimento com os projetos comunitários e pela implementação de propostas que contribuam com a transformação social.

Esse procedimento se fortalece por meio dos talentos que estão no interior da instituição e, igualmente, com as potencialidades que estão fora dela. Essa sinergia entre interno e externo, entre formação e transformação é proporcionada pelo modo de ser social da instituição que, segundo depoimento de Ximenes³, constrói-se, tanto pela articulação com o processo de aprendizagem, a partir da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; quanto pela definição de agendas de estudo em torno dessas atividades fim, que dialogam com as demandas sociais e com o papel estratégico da universidade para com o desenvolvimento do país.

Nesse direcionamento, segundo Demo, “o compromisso será o lugar da política social do conhecimento” (1999, p.153). Assim, mais do que uma simples prática social é fazer com que o conhecimento produzido e tornado acessível, considerado o elemento específico da universidade, tenha um caráter social. Na seqüência ao imperativo exposto, o autor afirma, categoricamente, que

a universidade precisa, por constituição e vocação histórica, de estar inserida na problemática social, porque faz parte da usina do futuro de qualquer sociedade. A falta de compromisso social seria um escárnio. Mas precisa saber colocar o compromisso social dentro de mandatos essenciais, que são reconstruir conhecimentos e educar novas gerações (*ibid.* p.155).

Inspirado por essa orientação, a contribuição da universidade, com o objetivo de possibilitar um com-

promisso com a sociedade, pode percorrer o caminho da formação do educando e da transformação da sociedade. Para exemplificar essa proposta, Buarque⁴ defende a importância da formação do educando, que se dá por meio da realização vocacional, do sucesso pessoal pela renda e do reconhecimento público pelo diploma. Mas insiste, também, na oportunidade em participar da sociedade, para completar a reforma republicana, aperfeiçoar a legislação abolicionista e efetivar a independência do país.

Enfim, com base nessas orientações da formação e da transformação, que se desenvolvem de forma integrada, pode-se afirmar que o compromisso social é um elemento constitutivo da universidade, fazendo parte integrante do seu projeto pedagógico institucional.

O estatuto comunitário da IES

O estatuto comunitário, além de revelar um princípio filosófico, epistemológico e operacional, está marcado pelo comprometimento sócio-comunitário. Por isso, as Instituições de Ensino Superior Comunitárias têm seu referencial estabelecido pela comunidade interna e externa, na qual o compromisso social faz parte da sua identidade institucional e da sua finalidade educacional.

A identidade não é um atributo externo, mas uma dinâmica interna da instituição, que se constrói na sua relação com o ambiente social na qual está inserida. Também não é um quadro estático, mas uma energia contínua que se potencializa pelo tempo e pelo espaço. Não é, ainda, um aglomerado de ações, mas um projeto político que tem sentido, isto é, que tem um significado para a realidade contemporânea.

O conceito de identidade, numa instituição educadora, refere-se ao seu projeto institucional. Segundo Tedesco (1998), esse projeto abrange três aspectos fundamentais, a saber: articular o respeito às diferenças e o direito à particularidade com a coesão e a integração social básicas; garantir a equidade social na distribuição dos serviços educacionais e, promover o dinamismo e a eficiência que todo serviço público requer, no quadro de uma

³ Daniel Ximenes, funcionário do INEP, entrevistado em 2003.

⁴ Cristovam Buarque abordou o tema da Reforma Universitária por ocasião da VI Semana Universitária, na Universidade Católica de Brasília, no dia 24 de setembro de 2004.

Laboratório de
informática da UCB.

sociedade que muda de forma acelerada e exige um uso eficiente dos recursos disponíveis.

Considerando, portanto, que a identidade institucional vai se configurando pelo seu comprometimento, “só posso falar em compromisso, se menciono a adesão, a partir de

uma escolha do sujeito, a uma certa maneira de agir, a um certo caminho para a ação” (RIOS, 2001, p.57). Para isso, é importante que as IES Comunitárias possam desencadear uma percepção crítica da realidade e, de forma criativa, contribuir com esta como uma opção institucional. Isso exige um espaço de liberdade, que elimina toda forma de coerção, bem como de autonomia para responder, a partir da sua especificidade, aos desejos e necessidades dos sujeitos sociais.

Por outro lado, a finalidade educacional é manifestada nos seus valores, explicitada nas suas opções e configurada nos seus princípios. A partir dessa premissa, é importante indicar a maneira de atuar e de operacionalizar o seu compromisso, tanto com o sujeito educando, quanto com a sociedade. É preciso, no entanto, estabelecer estratégias que sejam compatíveis com a sua missão, para evitar que as ações revelem, tão-somente, o atendimento de apelos profissionalizantes ou que o mercado regule as decisões institucionais.

Diante desse desafio, a educação foi considerada, muitas vezes, como o único caminho de mudança da sociedade, porém, em outros, de alienação social. Ela foi compreendida, em certos momentos, como um instrumento potencializador da aventura humana e, em outros,



como legitimação da desigualdade social. Foi também indicada, ora como espaço de transformação social, ora como conservação do *status quo*.

A instituição educadora precisa, pois, ser reinventada em cada realidade, em cada sistema e em cada momento histórico. Em face disso, mais do que um jogo de poder, o processo educativo tem um compromisso com as pessoas e entre estas com a sociedade. Assim, é oportuno encontrar brechas por onde a educação possa apontar para compromissos pessoais e sociais; do contrário, aqueles que não desejam se comprometer, assumem uma neutralidade diante da história, do mundo e dos valores. Isso demonstra, por sua vez, uma atitude antipedagógica, porque estão, segundo Freire, “comprometidos consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível” (1979, p.19).

Por fim, as Instituições de Educação Superior Comunitárias, para serem fiéis ao compromisso social, deveriam, de forma articulada, afirmar a sua identidade institucional e confirmar a sua finalidade educacional dentro de um mandato histórico-social.

A contribuição da extensão

A extensão universitária, a partir de um projeto reflexivo e propositivo do Fórum, tem sido compreendida como um processo educativo (*Paidéia*) e uma prática social (*Politéia*). A integração entre o ato educativo e a práxis social, a articulação entre compreender a realidade e responder aos seus desafios e, a interação entre o questionamento ético e o engajamento profético compõem os fundamentos de uma instituição comunitária comprometida com a sociedade.

Por isso e segundo Freire, “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” (1979, p.16). A qualificação de pensar e praticar faz parte do perfil da universidade, proporcionando por meio do processo educativo, a formação de um sujeito situado no tempo e no espaço, logo, um ser histórico capaz de se comprometer socialmente. Nessa acepção, a universidade tem a função de potencializar a ação e a reflexão, em vista de um compromisso social.

A possibilidade para inaugurar esse novo paradigma exige da universidade e, conseqüentemente, da extensão, ao menos duas atitudes fundamentais, que são estar em constante peregrinação e nos diferentes encontros que acontecem no caminho ao praticar o abraço. Essas atitudes devem estar energizadas por um processo de aproximação, um procedimento de reflexão e uma proposta de ação. Fundando-se nessas motivações, podemos fazer dos pés e das mãos os símbolos do compromisso social.

Nesse sentido e de acordo com Frei Betto, “a cabeça pensa por onde os pés pisam”.⁵ Para explicitar essa afirmativa, o autor fez referência a Copérnico, que só conseguiu ver o movimento da terra quando “pisou” no sol. Portanto, esse cientista só conseguiu fazer a revolução copernicana porque contemplou o seu planeta a partir de um outro sistema; fato que exigiu uma mudança de ótica e um deslocamento conceitual.

Diante dessa configuração, a extensão tem a função de problematizar, cotidianamente, o conjunto

da instituição sobre o destino que ela está tomando e se perguntar: por onde andam os seus passos? Que caminho percorre? E de que ótica contempla a realidade?

Nesse percurso, porém, a Universidade e, em decorrência a Extensão, encontra-se com uma multiplicidade de sujeitos sociais e depara-se com uma perplexidade de situações culturais, configurando o que Morin chama de paradigma da complexidade. Tal paradigma, para revelar sua efetividade, precisa se manifestar como “o pensamento que pratica o abraço” (2002, p.7). Para poder abraçar é necessário, no entanto, ter proximidade e cumplicidade. Sob essa alegoria, se a universidade é um corpo, o seu “modo de ser social” se manifesta no abraço. Baseando-se nessa inspiração, Almeida afirma que

saber praticar o abraço é promover a dialógica entre universalidade e singularidade; é exercitar ações universitárias abertas ao acolhimento e a hospitalidade, mas também ao ruído e a desordem. É saber decidir, optar, privilegiar o que queremos abraçar. Essa postura acadêmica, que é também uma postura de vida, supõe *uma ética de desafio, que comporta sempre a incerteza e a contradição, a dificuldade de pensar e de viver* (2002, p.34).

Dessa forma, a universidade, na medida em que deseja se comprometer com a sociedade, precisa praticar o abraço com outros conhecimentos, com outros sujeitos sociais e outras situações culturais. O abraço rompe com o autismo e com o fechamento, promovendo a integração e a solidariedade, isto é, assume a universalidade como um dos seus elementos fundantes.

Finalmente, compreender a extensão universitária como um compromisso social, no conjunto das IES comunitárias, exige um constante deslocamento e um efetivo acolhimento, que pode ser visualizado na figura proposta pelo salmista ao cantar o salmo 23. O pano de fundo dessa cantiga está marcado pelo vale tenebroso, pelo vale da morte, pelos inimigos e pela perseguição, nos quais Deus comparece, segundo Boff (2004), como pastor e hospedeiro. O símbolo do pastor refere-se às verdes pastagens, às fontes repousantes, aos caminhos

⁵ Frei Betto fez essa declaração durante a VI Semana Universitária, na Universidade Católica de Brasília, que teve como tema o Compromisso Social, em 21 de setembro de 2004.

seguros, ao bastão e ao cajado. Quanto ao símbolo do hospedeiro, está representado na mesa posta, na unção da cabeça com óleo perfumado e na taça transbordante. Mais do que uma leitura exegética ou espiritual, existe a possibilidade em acolher a canção, a partir da articulação entre o pastor e o hospedeiro, entre a peregrinação e a hospitalidade, entre colocar-se a caminho e abrigar os caminhantes da nossa história. Essa relação dialógica pode proporcionar uma nova consciência e um renovado comprometimento às instituições de educação superior comunitárias.

Conclusão

Pode-se afirmar que a instituição universitária, quando foi fiel à função crítica, criativa e comprometida, contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento da sociedade. Ela foi criada e se fortaleceu, na medida em que participou de alguns processos de mutação histórica, explicitados pela mudança de um conhecimento mítico para um racional; de um pensamento teológico para um filosófico e de um conhecimento técnico para um saber ético. A crise como um processo dessa mudança e a criatividade como um imperativo social são os elementos constitutivos do comprometimento institucional.

O compromisso social pode ser implementado, sempre que a universidade pautar sua missão na formação do educando e na transformação da sociedade e quando as instituições comunitárias assumirem a sua identidade institucional e finalidade educacional. Igualmente, na possibilidade da extensão universitária ser definida como uma política educativa e uma prática pedagógica, direcionando sua ação e reflexão na pegada dos nossos pés e no abraço de nossas mãos, o que torna presente a simbologia do pastor e do hospedeiro por meio do deslocamento institucional e do acolhimento social.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. Reforma do Pensamento e Extensão Universitária. In: LIBERALINO, Francisa Nazaré (org.). *Reforma do Pensamento, Extensão Universitária e Cidadania*. Anais do XXVI Fórum Regional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - Regional Nordeste. Natal: EDUFRN, 2002.
- BOFF, Leonardo. *O Senhor é meu Pastor*. Consolo divino para o desamparo humano. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo de. *Ensaio de complexidade*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e Competência*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, Francisco Araújo. *Competição, qualidade e responsabilidade social*. Brasília: Movimento Brasil Competitivo, 2004.
- TEDESCO, Juan Carlos. *O novo pacto educativo*. São Paulo: Ática, 1998.